



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro

São Luís-MA, CEP 65020-070

- <http://huufma.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.026487/2022-71

1. OBJETO

1.1. Constitui o objeto desta aquisição emergencial de **contrastes radiológicos, medicamentos de linha geral, medicamento imunossupressor, medicamentos antimicrobianos, medicamentos manipulados e soluções de grande volume (ácido fólico, amicacina, aminofilina, cloridrato de moxifloxacino, ioxaglato de sódio, ácido gadotérico, dentre outros)**, para atender ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – HU-UFMA, um complexo hospitalar da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEERH, de acordo com as especificações, quantitativos e condições de fornecimento constantes deste instrumento e seus anexos.

1.2. A contratação em tela será enquadrada no art. nº 29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016, combinado com o inciso XV do art. 79, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEERH - RLCE versão 2.0 (2022).

Art. 79 É dispensável a realização de licitação nas seguintes situações:

(...)

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 6º deste artigo;

1.3. Trata-se da aquisição **para entrega imediata (fornecimento único) de contrastes radiológicos, medicamentos de linha geral, medicamento imunossupressor, medicamentos antimicrobianos, medicamentos manipulados e soluções de grande volume (ácido fólico, amicacina, aminofilina, cloridrato de moxifloxacino, ioxaglato de sódio, ácido gadotérico, dentre outros)**, itens padronizados no HU-UFMA/EBSEERH, conforme especificações técnicas e quantitativos estimados no **Anexo ENCARTÉ A - Requisição de Materiais 197/2022 (SEI nº 23019587)**.

1.4. Caso haja discordância entre as especificações dos itens com aqueles do Chamamento Público ou Cotação, prevalecerão as especificações constantes neste **Anexo ENCARTÉ A - Requisição de Materiais 197/2022** deste Termo de Referência;

1.5. Os valores estimados servirão apenas de subsídios ao agente da contratação para negociação com os ofertantes na fase de avaliação das propostas e habilitação do certame, não constituindo qualquer compromisso futuro para com o HU-UFMA/EBSEERH. Os valores são fundamentados em ampla pesquisa de preços realizada nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Rede EBSEERH versão 2.0 (2022), combinada com a Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSEERH.

1.6. Trata-se da aquisição direta de materiais de consumo, classificados como bens de natureza comum, por meio da **DISPENSA DE LICITAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL**, nos termos preconizados pelo **Art. 79, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Rede EBSEERH versão 2.0 (2022)**, combinados com o **Art. 29, inciso XV, e o Art. 40**, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

1.7. Os bens objeto da presente contratação caracterizam-se **como de natureza comum**, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, conforme detalhamento neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O HU-UFMA/EBSERH é um órgão da Administração Pública Federal que tem por finalidade englobar assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins. É um hospital de ensino certificado pelo Ministério da Educação – MEC e Ministério da Saúde – MS, credenciado pelo *Sistema Único de Saúde – SUS* para realização de procedimentos de média e alta complexidade, tendo como responsabilidade precípua a formação de profissionais da saúde e o fomento às atividades de investigação científica, por meio de uma assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, e assim é referência regional na rede de atendimento do *Sistema Único de Saúde - SUS*.

2.2. O HUUFMA possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, em especial na Alta Complexidade, de forma universalizada e igualitária.

2.3. Os problemas no suprimento regular dos materiais advêm de intercorrências nas licitações e contratações subsequentes, por motivos diversos, a saber: sobrepreço, amostras reprovadas, ausência de empresas participantes nos certames, além de problemas logísticos durante a execução dos contratos.

2.4. Todos os materiais solicitados configuram no escopo de itens padronizados no HU-UFMA e estão contemplados em nossos processos licitatórios das compras regulares, no entanto, por força de intercorrências, por vezes, alheias à ingerência da Administração, estão com os estoques comprometidos e, por conseguinte, concorrendo para um colapso na continuidade de diversos tratamentos médico-assistenciais, inclusive, com a suspensão das intervenções de alta complexidade.

2.5. De modo que resta configurada uma situação crítica, extraordinária e emergencial, em face da possibilidade de agravo à saúde de diversas pessoas, e ainda, o risco de mortes, com a interrupção nos tratamentos de saúde e a suspensão de procedimentos cirúrgicos, que nos impõe a necessidade premente de aquisição imediata dos produtos para saúde pleiteados.

2.6. A aquisição direta de **contrastes radiológicos, medicamentos de linha geral, medicamento imunossupressor, medicamentos antimicrobianos, medicamentos manipulados e soluções de grande volume** se fazem necessárias para assegurar a continuidade dos serviços de saúde pública, e atender prontamente a paciente crítico assistido por este nosocômio. Assim, entendemos que a imediata efetivação, por meio da **DISPENSA DE LICITAÇÃO** é a alternativa mais adequada para solução dos problemas de abastecimento decorrentes de todas as intercorrências evidenciadas acima.

2.7. Desta feita, esta contratação se faz necessária visando a continuidade no atendimento dos usuários do HU-UFMA, tendo em vista que a aquisição se destina ao atendimento de demanda imediata de consumo de forma a evitar interrupção de tratamentos em curso; a serem entregues em **fornecimento único** em virtude do quantitativo para atendimento imediato e nível de criticidade de tais itens (alta e média criticidade), que impactam sobremaneira a assistência aos nossos usuários. Desta forma, como não se dispõe de tempo hábil para aguardar a homologação dos trâmites licitatórios regulares, há a necessidade de aquisição em **caráter de urgência** de tais medicamentos.

2.8. Considerando que os itens ora pleiteados são imprescindíveis para a realização dos procedimentos e tratamentos de maneira regular, para que serviços essenciais deste Hospital não sofram soluções de continuidade.

2.9. **Ácido fólico** é um medicamento essencial para a síntese de nucleoproteínas e formação normal das hemácias, sendo utilizado para tratamento de anemias megaloblásticas ou macrocíticas por deficiência de ácido fólico, sua falta resulta em dificuldade no tratamento de tais tipos de anemias prolongando o tempo de internação e também mantendo a debilitação de pacientes com risco de piora de quadros clínicos; **Amicacina** é utilizado para tratamento de infecções graves do trato respiratório, urinário, na pele, em tecidos e ossos, em especial àqueles com infecções causadas por bactérias gram-negativas aeróbias. Sua falta incorre em risco aumentado de casos de infecções hospitalares, no uso de alternativas terapêuticas de geração mais recente, com conseqüente aumento de custos hospitalares e impossibilidade de tratamento adequado de alguns usuários, incorrendo em possibilidade maior de agravamento de quadro e de riscos de danos permanentes e deletérios; **Aminofilina** é utilizado para atendimento de pacientes acometidos por asma brônquica aguda e para o tratamento do broncoespasmo reversível associado com bronquite crônica e enfisema. É utilizado em especial na Unidade Materno Infantil, compondo os carros de parada desta unidade. Sua falta incorre em riscos associados à dispneia e a exacerbação dos quadros de asma, em especial em crianças; **Álcool teor alcóolico absoluto 99,8%** é utilizado em procedimento do Setor de Hemodinâmica para induzir esclerose vascular em usuarios com má formação arterio-venosa (MAV); sua falta incorre em permanência de risco de rompimento de MAV cm extravasamento do conteúdo sanguíneo para os tecidos adjacentes, com aumento de custos hospitalares, maior tempo de internação e risco de danos deletérios e permanentes; **Bicarbonato de sódio pó** é utilizado na limpeza e remoção de placas dos dentes. A falta dele incorre em mudanças de rotina com possibilidade de aumento de custos e de maior tempo de internação; **Budesonida** é solicitado para atendimento de pacientes, sendo corticóide utilizado em casos de asma brônquica, indicado para tratamento de manutenção, evitando assim o retorno de uma crise aguda de asma, em sua falta incorre-se no risco de crises repetidas com necessidade de intervenções emergenciais para tratamento de crises agudas, com chance aumentada de danos permanentes e deletérios, devido efeitos de hipóxia; **Carbacol** é solicitado para atendimento de pacientes, sendo utilizado para redução da pressão intra-ocular em pacientes com glaucoma e em procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, como cirurgia de catarata, a falta do medicamento compromete os tratamentos e procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, podendo levar a danos

deletérios e permanentes à visão; **Cloreto de sódio 0,9% 1.000 ml** é solicitado para atendimento de pacientes, sendo utilizado para irrigação no pós-operatório de cirurgias urológicas, sempre que necessário. Sua falta incorre na impossibilidade de realização de procedimentos cirúrgicos os quais dependam dele, levando a adiantamentos e permanência de quadros danosos e potencialmente deletérios, com risco de agravamento; **Cloridrato de moxifloxacino** é antimicrobiano necessário para realização de profilaxia cirúrgica no Centro Cirúrgico Oftalmológico. Sua falta incorre em mudanças de rotina e impossibilidade de realização de diversos procedimentos de cirurgia oftalmológica, podendo levar a agravamento de quadros patológicos com danos deletérios e permanentes à visão; **Contraste radiológico 15 mL - ácido gadotérico** e **contraste radiológico - ioxaglate de sódio** são meios de contraste utilizados para a realização de angiocardiografia, aortografia, arteriografia, visualização do cérebro e do corpo por tomografia computadorizada. A falta destes contrastes incorre em impossibilidade de diagnósticos adequados para casos de difícil diagnóstico, nos quais um contraste que propicie melhor definição seja necessário, com conseqüente risco aumentados de permanência de agravos à saúde que podem levar a danos deletérios e permanentes; **Escopolamina** é medicamento antiespasmódico utilizado no tratamento de cólicas biliares, renais e gastrintestinais. Sua falta incorre em sofrimento a pacientes após deglutição ou com refluxo gástrico e conseqüente risco aumentado de danos ao sistema gastrointestinal como um todo, de agravamento de quadros de esofagites, úlceras, perda de peso e de maior tempo de internação, podendo caracterizar também desassistência; **Fenoterol** é indicado para o tratamento sintomático da crise aguda de asma e outras enfermidades com constrição reversível das vias aéreas, por exemplo, bronquite obstrutiva crônica. Sua falta incorre em quadros apneicos, podendo causar agravamentos de pacientes que apresentam crises respiratórias; **Folinato de cálcio** é necessário para pacientes que fazem uso de medicamentos que antagonizam o ácido fólico, como metotrexato, pirimetamina ou trimetoprima, tornando inviável o tratamento se não com seu uso, folinato de cálcio tem como um de seus compostos o biologicamente ativo L-isômero denominado ácido folínico que é uma forma metabolicamente ativa do ácido fólico e não é afetada por tais medicamentos, ressaltando que o ácido fólico é essencial para a síntese de nucleoproteínas e formação normal das hemácias, sendo utilizado para tratamento de anemias megaloblásticas ou macrocíticas por deficiência de ácido fólico, sua falta resulta em dificuldade no tratamento de tais tipos de anemias prolongando o tempo de internação e também mantendo a debilitação de pacientes com riscos desnecessários para os mesmos; **Gentamicina** é um antibiótico aminoglicosídeo que inibe a produção de proteínas pelas bactérias; sua falta incorre no uso de alternativas terapêuticas de geração mais recente, com conseqüente aumento de custos hospitalares e impossibilidade de tratamento adequado de alguns usuários, incorrendo em possibilidade maior de agravamento de quadro e de riscos de danos permanentes e deletérios; **Levotiroxina** é utilizado para tratamento de pacientes com hipotireoidismo, carcinoma de tireóide e bócio, sua falta pode incorrer na complicação progressiva do quadro clínico de usuários, com acentuamento de sintomas, tais quais fraqueza, tremores, palpitações, intolerância ao calor, perda de peso, ou ainda insuficiência cardíaca congestiva, edema pedal, calcinose renal, alergia, fraqueza muscular proximal, impotência, arritmias, anorexia, com conseqüente aumento do tempo de internação e aumento de custos, risco severo de complicações associadas e de danos deletérios e permanentes; **Nimodipino** é medicamento vasodilatador cerebral usado no tratamento das deficiências neurológicas isquêmicas causadas por espasmos dos vasos cerebrais; após hemorragia subaracnóidea conseqüente a aneurisma; na profilaxia das deficiências neurológicas isquêmicas após hemorragia subaracnóidea de origem traumática; no tratamento das alterações orgânicas cerebrais decorrentes do envelhecimento, como alterações de memória, comportamento e concentração e da labilidade emocional. Sua falta incorre em risco aumentado de agravamento do quadro neurológico de alguns de nossos usuários e de lesões cerebrais variadas, podendo tornar tratamentos adequados mais complexos, com possibilidade de danos deletérios e permanentes; **Periciazina** é solicitado para atendimento de pacientes, sendo indicado no tratamento de distúrbios do caráter e do comportamento, revelando-se particularmente eficaz no tratamento dos distúrbios caracterizados por autismo, negativismo, desinteresse e outros; assim sua falta pode ocasionar em permanência e/ou agravamento de quadros patológicos que causam sofrimento em alguns de nossos usuários e seus familiares, e possibilidade de aumento de custos hospitalares e de tempo de internação; **Prednisona** é solicitado para atendimento de pacientes, sendo indicado para o tratamento de várias doenças endócrinas, osteomusculares, reumáticas, do colágeno, dermatológicas, alérgicas, oftálmicas, respiratórias, hematológicas, neoplásicas e outras que respondam ao tratamento com corticosteroides. Sua falta incorre na interrupção dos tratamentos de pacientes em procedimentos pré e pós cirúrgicos (imunossuprimidos), em especial pacientes portadores de doenças crônicas; **Propiltiouracil** é antitireoidiano indicado em casos de crise tireotóxica, hipertireoidismo e em preparação para tireoidectomia, uma vez que a tireotoxicose pode evoluir para emergência clínica, podendo ter conseqüências cardíacas, hepáticas ou renais que podem gerar ameaça à vida, sua falta assim incorre em risco de danos deletérios e permanentes; **Prometazina** é anti-histamínico e antiemético, indicado em alguns quadros de alergia, dermatite alérgica, rinite alérgica e urticária, importante no tratamento desses quadros que podem induzir condição debilitante e agravante a outros quadros associados, tais quais de febres altas, lesões e bloqueios respiratórios, sua falta, portanto pode incorrer em piora desses quadros específicos e conseqüente maior risco de lesões permanentes; **Solução indicadora de fenolftaleína** é utilizado no controle de qualidade do leite materno analisado no Banco de Leite da Unidade Materno Infantil; sua falta acarreta em suspensão das análises do leite materno e conseqüente interrupção do fornecimento do alimento aos recém nascidos, gerando perda de peso, aumentando o tempo de internação e possíveis danos neurológicos e funcionais potencialmente irreversíveis; **Nitrato de prata** é utilizado em procedimento ambulatorial de cauterização de orifício da colostomia, sua falta incorre em alterações de rotinas, com possibilidade de aumento de custos e utilização de opções menos eficazes de tratamento com prejuízo à saúde de pacientes; **Vitelinato de prata** é utilizado na profilaxia da oftalmia do recém-nascido e no tratamento da conjuntivite, tendo poder anti-séptico, sua falta incorre em mudanças de rotina, aumento de custos e risco de danos deletérios e permanentes à visão; **Imunoglobulina antitímócitos de coelho humano** é utilizado para induzir imunossupressão, sendo requisito indispensável para realização de cirurgias de transplante onde seja indicado, tal qual transplante renal vivo, e para tratamento de

pacientes transplantados renais com rejeição aguda vascular, sua falta incorre em grande risco de perda do órgão transplantado, impossibilidade de captação de órgão, impossibilidade da manutenção de enxerto em caso da rejeição citada, com grande prejuízo ao programa de transplantes do SUS, e ao usuário. Dessa forma é necessário haver quantitativo no HU-UFMA para viabilizar a captação de órgãos, assim como evitar a perda por rejeição aguda.

3. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrente desta contratação, correrão por conta dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União, a cargo do HU-UFMA/EBSERH cujo elemento de despesa específico deverão constar nas respectivas notas de empenho e expressamente indicados no presente processo pela Divisão de Administração Financeira.

4. ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

4.1. A entrega do(s) material (is) deverá ser efetuada no **Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, anexo CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (situado no 4º andar), com exceção do item 08, que deve ser entregue diretamente no Almoxarifado Central (térreo) e no prazo indicado na proposta pelo fornecedor a partir da recebimento da Nota de Empenho**, no seguinte endereço: **Rua Barão de Itapary, 227 – Centro – São Luís (MA)- CEP: 65020-070**, no horário das **08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis**.

4.2. O recebimento será efetuado nos seguintes termos:

4.2.1. **Provisoriamente** – para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) material(is) apresentados com as especificações constantes do Anexo I, deste Edital, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

4.2.2. **Definitivamente** – no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, por Comissão / Servidor designado pela Autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue de conformidade com o exigido neste Edital.

4.3. Em caso de conformidade, a Comissão / Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais, no verso da Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Contabilidade do Hospital Universitário da UFMA, para fins de pagamento.

4.4. Em caso de não conformidade, a Comissão / Servidor designado devolverá Nota Fiscal / Materiais, para as devidas correções.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6. O(s) item(ns) **recebido(s) de forma definitiva** e posteriormente venham a apresentar falhas e/ou defeitos em decorrência da fabricação deverão ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de notificação. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o material, a partir da data de confirmação da impropriedade;

4.7. O item só será retirado mediante a troca deste por outro adequado às exigências editalícias.

4.8. Prazo de validade dos materiais igual ou superior a **12 (doze) meses a partir da entrega ou no MÍNIMO 75% de seu prazo de validade para itens manipulados ou produtos cuja validade máxima seja de de 1 ano** .

4.9. O recebimento do(s) material(is) com validade que atenda em até 75% do período necessário poderá ser autorizado de forma excepcional, após avaliação da equipe técnica e mediante a apresentação de JUSTIFICATIVA DO PARTICIPANTE, acompanhada da DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA TROCA DO MEDICAMENTO OU MATERIAL, que por ventura tenha validade expirada (vencida) devido ao não atendimento do subitem 4.4;

4.10. Os medicamentos e/ou produtos deverão ser fornecidos em embalagem com apresentação em conformidade com os requisitos estabelecidos pela RDC Nº 59/2000 - ANVISA, assim como os rótulos e/ou etiquetas de identificação nos termos do Art. 31, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), onde devem constar de forma clara, precisa e **em língua portuguesa** as seguintes informações: identificação do medicamento, lote, data de fabricação, prazo de validade, número do registro no órgão competente, nome do responsável técnico e as instruções para armazenamento.

4.11. Aos medicamentos ou materiais que apresentarem **as embalagens violadas serão rejeitadas**.

- 4.12. É vedada a entrega de material em desacordo com as especificações que constam neste termo de referência e na proposta.
- 4.13. O item rejeitado no **recebimento provisório** deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de notificação. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o material, a partir da data de confirmação da impropriedade;
- 4.14. Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA
- 4.15. Não serão pagos o(s) material (is) entregue(s) em locais diferentes do mencionado no item 4.1 ou a pessoas não autorizadas.

5. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

- 5.1. Documentos exigidos para habilitação jurídica:
- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
 - b) Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira Instrumento Público ou Particular de Procuração, este com firma reconhecida para o representante legal da licitante.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 6.1. Na habilitação técnica se incluem os requisitos exigidos pela Vigilância Sanitária e outros órgãos competentes, para garantir que os interessados em fornecer seus produtos sejam empresas idôneas, inspecionadas periodicamente e assegurem que a qualidade de seus produtos atenda aos requisitos técnicos necessários, compreendendo os seguintes documentos:
- 6.2. Documentos exigidos para a habilitação técnica, no que couber:
- a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto, através da **apresentação de atestado(s)** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
 - b) Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade em nome da empresa;
 - b.1) Em caso da Licença Sanitária vencida, a empresa deverá apresentar cópia legível da solicitação (protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida. A não apresentação implicará na desclassificação da participante (Art. 22, parágrafo 1º e 2º do Decreto 74.170 de junho de 1974);
 - c) Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante;
 - c.1) Em caso de registro do produto vencido, a participante deverá apresentar cópia legível da solicitação de sua revalidação (Petição I e II), acompanhada da cópia do registro vencido. A não apresentação do registro do produto e do pedido de revalidação (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
 - c.2) Caso tenha algum produto que seja **dispensado de registro**, apresentar **Comunicado de Aceitação de Notificação** emitido pela ANVISA ou a legislação que dispensa o registro;
 - d) Autorização de Funcionamento expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA) em nome da empresa participante;
 - d.1) Autorização Especial de Funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA) em nome da empresa participante (**item 18**);

e) Certificado de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, dentro do prazo de validade em nome da empresa participante.

6.3. Documentos exigidos para Regularidade Social, Fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Cópia do (CPF) do titular (Firma Individual), sócio (Sociedades Comerciais) ou Diretor (Sociedades por Ações / Sociedades Cíveis);
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou do Distrito Federal ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;
- f) Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede da licitante ou Certidão de Não Contribuinte;
- g) Certidão Negativa de Débito referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da RFB, da sede da licitante;
- h) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, da sede da licitante, expedido pela CEF. CNDT perante a Justiça do Trabalho.

7. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.1. Documentos exigidos para qualificação econômico-financeira:

7.1.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social demonstre o cálculo dos índices contábeis maiores que 1 (um) para (LG), (SG) e (LC);

- a) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar registrados no órgão competente, e assinados por Contador devidamente registrado no CRC;

7.2. Capital social mínimo ou patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado, no caso do licitante apresentar resultado igual ou inferior a um em qualquer dos índices liquidez Certidão negativa de falência, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica

8. **DOS IMPEDIMENTOS**

8.1. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:

- I - suspensão no âmbito da Rede Ebserh;
- II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- III - impedida de licitar e de contratar com a União;
- IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

§ 1º Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
- b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
- c) autoridade do Ministério da Educação;
- d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

§ 2º A vedação prevista no caput também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 3º A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do caput e no § 2º deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

§ 4º O disposto nos §§ 2º e 3º deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento.

9. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

9.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

9.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

9.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

9.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

9.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

9.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

9.7. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

9.8. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

9.9. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

9.10. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

9.11. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

9.12. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

9.13. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

9.14. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

9.15. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

9.16. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a

realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

9.17. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

- a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
- b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.18. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

9.19. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

9.20. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

9.21. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

9.22. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. O vencedor obrigará-se-á:

- I - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto e efetuar-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do Termo;
- II - Responsabilizar-se por todas as despesas impostas, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ofertados;
- III - Efetuar a entrega do(s) produto(s) em perfeitas condições de uso e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades constante do item 4, no prazo máximo estabelecido em proposta enviada, constando as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência;
- IV - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);
- V - Substituir às suas expensas no prazo de até 10 (dez) dias corrido, após o recebimento da notificação expedida pelo Hospital Universitário da UFMA, o material caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencido ou em desacordo com as especificações do Termo de Referência;
- VI - Comunicar ao Hospital Universitário da UFMA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto;
- VII - **Manter os dados cadastrais (e-mail, telefone e endereço) atualizados** no momento da entrega da proposta e atualizar eventuais alterações junto a Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exercer a fiscalização sobre o recebimento dos medicamentos/ou materiais por meio de designados especialmente para esse fim, procedendo ao atesto na respectiva nota fiscal, com as ressalvas que se fizerem necessárias.
- 11.2. Comunicar à contratada qualquer irregularidade identificada no fornecimento do material, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.
- 11.3. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento do material a cargo da vencedora.
- 11.4. Proceder o pagamento na forma e no prazo pactuados.
- 11.5. Controlar o saldo financeiro e a quantidade dos produtos; providenciar a emissão da nota de empenho e indicar um responsável para contatos e soluções pertinentes.
- 11.6. Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 11.7. Notificar a vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 11.8. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.
- 11.9. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações da vencedora, através do Servidor designado pela Autoridade competente do HUUFMA.
- 11.10. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o vencedor.
- 11.11. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.12. Tomar medidas para que a fiscalização da execução contratual seja realizada de forma adequada por profissional com capacidade técnica para tal.

12. DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - advertência, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- II - multa, na seguinte forma:
 - a) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do material não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;
 - b) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de não devolução de referido documento devidamente assinado no prazo previsto;
 - c) de 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão da Nota de Empenho;
 - d) de 1,0% (hum por cento) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;
 - e) de 1,5% (hum e meio por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

§ 3º Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

§ 4º Caso não seja identificado o pagamento da GRU sobre a multa, a Administração deverá proceder com o desconto de eventuais créditos em benefício da empresa contratada e, caso não existam créditos disponíveis, executar a garantia contratual, restando possível a cobrança judicial dos valores devidos na hipótese de não quitação da multa após os procedimentos listados.

§ 5º A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- IV - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- V - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; Página 77 de 100
- VI - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- VII - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- VIII - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IX - apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- X - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- XI - não mantiver a proposta;
- XII - falhar ou fraudar na execução do contrato;
- XIII - comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

12.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Ebserh a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Regulamento.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente.

12.3. A aplicação de sanções às empresas contratadas, após o devido processo administrativo, será decidida:

- I - na Administração Central, pelo Diretor de Administração e Infraestrutura, em primeira instância, e pelo Presidente, em última instância;
- II - nas unidades hospitalares, pelo Gerente Administrativo, em primeira instância, e pelo Superintendente, em última instância.

Parágrafo único. Não serão admitidos recursos hierárquicos de sanções administrativas aplicadas pelos Superintendentes.

12.4. No processo administrativo de apuração de indícios de irregularidades na execução contratual, a ser regido por norma interna, serão garantidos o contraditório e a ampla defesa, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

12.5. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SICAF.

Parágrafo único. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº

12.846/2013.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Não haverá formalização de instrumento contratual.

13.2. O contrato poderá ser substituído pela nota de empenho, tendo em vista que essa é uma prática comum no mercado.

13.3. É de responsabilidade do empregado público indicado pelo Chefe da Unidade Planejamento e Dimensionamento de Estoques, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. Os preços propostos deverão incluir todas as despesas impostas, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os objetos adquiridos.

14.2. A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do produto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) nome comercial / marca;
- b) **prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias;**
- c) denominação comum brasileira (DCB) e/ou denominação comum internacional (DCI);
- d) **indicação da apresentação do produto por embalagem;**
- e) declaração de sustentabilidade ambiental, conforme Modelo constante **no Anexo ENCARTÉ B** deste Termo de Referência;
- f) Catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do(s) produto(s) ofertado(s).

15. ESTIMATIVAS DETALHADAS DE PREÇOS

15.1. As estimativas de preços foram realizadas de acordo com a Norma Operacional 02/2019 - Ebserh, bem como conforme disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, descritas em processo(23523.026487/2022-71) restrito a fim de garantir o sigilo preconizado no art. 7 do RLCE 2.0, art. 34 da Lei 13.303/2016 e Decreto 10.024/2019.

16. SELEÇÃO DE FORNECEDOR (ES)

16.1. Será selecionada a Proposta que apresentar o **MENOR PREÇO**.

17. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

17.1. O Hospital Universitário da UFMA efetuará o pagamento à vencedora, **em até 30 (trinta) dias**, através de depósito bancário, em conta, na Agência Bancária e conta indicada pela Contratada, depois de certificado o recebimento definitivo com a verificação da qualidade e quantidade e sua conseqüentemente aceitação mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme cláusula segunda, inciso I, do Protocolo ICMS n.º 42/2009, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada pelo setor requisitante dos materiais e pelo Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.

17.2. Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras;

- 17.3. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para CONTRATANTE;
- 17.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência, por parte da CONTRATADA, de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- 17.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 17.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.8. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 17.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6 / 100) / 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 18.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber;
- 18.2. Os fornecedores deverão apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do modelo constante do **ANEXO ENCARTE B - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** deste Termo de Referência, após a abertura da sessão e conforme instruções dadas pelo pregoeiro.

19. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

- 19.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto contratado, à CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre as entregas;
- 19.2. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários;
- 19.3. A CONTRATANTE através do(s) responsável(is) pelo recebimento do objeto contratado deverá fiscalizar e registrar em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 19.4. A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer fornecimento feito em desacordo com as especificações, todo no interesse dos serviços ou integridade do patrimônio e comunidade do HU-UFMA/EBSERH, devendo tal substituição ser feita por pedido escrito da fiscalização;
- 19.5. As decisões que ultrapassem a competência da equipe de recebimento do objeto contratado deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior para, em tempo hábil, adotar medidas pertinentes.

20. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

21.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto;

21.2. É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a CONTRATADA manter-se-á integralmente responsável;

21.3. É vedada a participação de empresas consorciadas, em virtude da natureza do objeto (natureza comum), que pode ser fornecido em parcela única, e não apresenta os caracteres da complexidade e da vultuosidade.

22. DOS CASOS DE RESCISÃO DO CONTRATO

22.1. A rescisão do contrato se dará:

- I - de forma unilateral, assegurada a prévia defesa com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis;
- II - por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Ebserh e para a empresa contratada;
- III - por determinação judicial.

22.2. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III - o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV - a prática de atos previstos na Lei nº 12.846/2013;
- V - a inobservância da vedação ao nepotismo, nos termos do Decreto nº 7.203/2010;
- VI - a prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação das partes, direta ou indiretamente.

§ 1º A rescisão decorrente dos motivos acima elencados será efetivada após o regular processo administrativo.

§ 2º A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 3º A critério da Ebserh, caso exista risco ao regular funcionamento da unidade, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser reduzido ou ampliado.

§ 4º Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o julgamento do processo administrativo, preferencialmente por meio eletrônico, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação no Diário Oficial da União.

§ 5º Caso a imediata solução de continuidade do contrato traga prejuízos à Ebserh, a comunicação citada no parágrafo anterior poderá prever que os efeitos da rescisão serão operados em data futura.

22.3. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da Licitação e/ou Contrato, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis

substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos superiores aos ofertados;

22.4. Os materiais serão aceitos e pagos somente após as constatações de suas características, consoante às ofertas e das condições de uso, bem como da aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor;

22.5. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

23.1. O Gerenciamento de Riscos da Contratação consta nos documentos SEI **Análise de Riscos**, gestão essa que ocorre antes da pesquisa de mercado e confecção do Termo de Referência que resulta na primeira versão do documento e após a pesquisa e inserção do Termo de Referência, onde este documento poderá ser mantido ou atualizado pela Equipe de Planejamento de Contratação.

24. ANEXOS

24.1. ANEXO - ENCARTE A: **REQUISIÇÃO DE MATERIAIS 197/2022 (23019587)**;

24.2. ANEXO - ENCARTE B: **DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (23513040)**.

25. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

25.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela equipe de planejamento instituída pela **Portaria-SEI nº 416, de 12 de novembro de 2021** para **aquisição de contrastes radiológicos, medicamentos de linha geral, medicamento imunossupressor, medicamentos antimicrobianos, medicamentos manipulados e soluções de grande volume** do HU-UFMA/EBSERH, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

25.2. A aprovação e autorização deste Termo de Referência está conforme a Delegação de Competência aos Membros Natos do Colegiado Executivo, dentre estes o Gerente Administrativo, conforme estabelecido na 298ª REUNIÃO DO COLEGIADO EXECUTIVO DO HU-UFMA e registrado na Ata - SEI nº 46/2021/CE/HU-UFMA-EBSERH (lavrada na forma de sumário, conforme dispõe o artigo 53 do Estatuto Social da Ebserh).

<i>(assinado eletronicamente)</i> LUNA MAYRA DA SILVA E SILVA Chefe do Setor de Farmácia Hospitalar Substituto	<i>(assinado eletronicamente)</i> ÉRICO BRITO VAL Técnico Responsável
<i>(assinado eletronicamente)</i> PAULO ROBERTO MELO GOMES Técnico Responsável	<i>(assinado eletronicamente)</i> LÚCIA DANIELLY GOMES LOPES DE CARVALHO Técnico Responsável
<i>(assinado eletronicamente)</i> GEZYANNE LANNY SANTOS DE LIMA Chefe da Unidade de Planejamento de Compras	<i>(assinado eletronicamente)</i> GERMANA MODESTO CARDOSO DE OLIVEIRA Chefe da Unidade de Contratos

São Luís/MA, 17 de agosto de 2022.

Em atenção ao II do Art. 1º da Portaria-SEI nº 115/2022 (Subdelegação de Competências):

APROVO o presente Termo de Referência e

Eurico Santos Neto
Gerente Administrativo
HU-UFMA/MEC-EBSERH
Mat.: 2169685



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Wanderson de Moraes Pereira, Chefe de Unidade**, em 17/08/2022, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Melo Gomes, Farmacêutico(a)**, em 17/08/2022, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Silvino Da Silva Santos, Assistente Administrativo**, em 17/08/2022, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erico Brito Val, Farmacêutico(a)**, em 17/08/2022, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Valeria Cardoso Teixeira da Silva, Assistente Administrativo**, em 17/08/2022, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luna Mayra da Silva e Silva, Chefe de Setor, Substituto(a)**, em 17/08/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geyzanne Lanny Santos de Lima, Chefe de Unidade**, em 17/08/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germana Modesto Cardoso de Oliveira, Chefe de Unidade**, em 17/08/2022, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 17/08/2022, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23575010** e o código CRC **D7714CF9**.

Referência: Processo nº 23523.026487/2022-71 SEI nº 23575010